



# Entrevista com o Prof. Dr. José Subtil

Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões

Provocador: Alan Dutra Cardoso (INCT-  
Proprietas/PPGH-UFF)

**1. O senhor realizou toda a sua formação na Área de História, com ênfase na História das Instituições e da História política. Em que contexto o senhor se aproximou da disciplina e decidiu seguir a carreira? Como foi esse processo?**

R1: Antes de começar a escrever história, o que aconteceu por volta dos meus 33 anos, tive experiências sociais muito intensas e diversificadas. A primeira foi como vendedor de máquinas de escrever e, logo a seguir, como escriturário numa fábrica de estores. Seguiu-se o serviço militar, cerca de 4 anos, em plena guerra colonial, como oficial miliciano e, no último ano, destacado na Academia Militar onde acompanhei de perto o movimento dos capitães, conheci e convivi com os principais líderes, Otelo Saraiva de Carvalho, Caramelo Rosa, Hugo dos Santos, Ramalho Eanes, entre outros. Quando terminei o serviço militar ingressei numa multinacional de produção e venda de gelados onde fui responsável pela gestão dos circuitos de distribuição como adjunto do Diretor. Acabei por, nestas funções, assistir à revolução do 25 de abril e ser eleito para a comissão de trabalhadores, enfrentando a avalanche trituradora do PREC (Processo Revolucionário em Curso), conseguindo manter alguma serenidade laboral. Como digo, mais adiante, tive outras duas experiências como dirigente no Estado para a reforma dos arquivos. Este caldo de práticas e experiências criaram em mim uma pulsão de curiosidade para saber o que, afinal, a história nos pode ensinar sobre a organização social e política, o exercício de poder, os modelos de tramitação e burocracia, tanto mais que o meu caminho filosófico estava sendo guiado, desde os meus 18 anos, pelas leituras de Friedrich Nietzsche que viria a completar, em especial, com o pensamento de Michel Foucault e Gilles Deleuze. Fui, portanto, para a História muito bem preparado para olhar o passado com outros critérios, distintos da exclusividade dos quadros teóricos e epistemológicos da grande maioria dos meus colegas que quase só conheceram os bancos da escola.

**2. O vosso doutoramento versa sobre as estruturas e práticas ligadas ao Desembargo do Paço. Como o senhor definiria essa instituição para um público mais amplo? Quais seriam as suas principais características? Qual sua relação com o além-mar?**

R2: Escolhi o Desembargo do Paço por vários motivos e estímulos. O mais decisivo foi a amizade que comecei a travar com António Manuel Hespanha durante a minha dissertação de mestrado (1983) em que trabalhei a criminalidade na revolução liberal, muito influenciado, na altura, por Michel Foucault. Foi o António Manuel Hespanha que me despertou para o mecanismo jurídico da regulação social que, na sua enorme obra, veio a ramificar para outros territórios de dominação. Pela mesma altura tomava, como leitura quase obsessiva, os trabalhos de Pierre Bourdieu que, aliás, viria a conhecer mais tarde. A motivação do tribunal, em si, foi enorme do ponto de vista do exercício do poder na medida em que as suas competências abrangiam matérias de graça e mercê que não cabiam na regulação jurídica e, podiam, inclusive, dispensá-la. O tribunal exercia o poder na fronteira da arbitrariedade, se bem que essa disponibilidade não fosse absoluta. Este jogo político fascinou-me, bem como o facto desta instituição gerir e administrar as carreiras dos magistrados letrados que, na altura da investigação para a dissertação, me tinham surgido com atores políticos de primeira linha durante o processo revolucionário. Queria, portanto, conhecer melhor o modelo inusitado do exercício do poder antes da revolução liberal e saber em detalhe o real papel e influência que os magistrados letrados tiveram no Antigo Regime. Tive a sorte do arquivo do tribunal estar intacto desde 1833, sem intervenções arquivísticas, porque nunca tinha suscitado interesse por nenhum historiador. Este pormenor foi central na maneira como montei a minha abordagem metodológica sobre a estrutura significativa do arquivo, ainda sob a custódia da Torre do Tombo sediado no palácio de S. Bento. A relação do tribunal com as colónias foi de grande relevância visto que controlou a nomeação e as carreiras de todos os magistrados que exerceram cargos de juizes de fora, ouvidores e desembargadores. Também o foi através de mesas de desembargo que foram criadas no Brasil para os tribunais de Relação da Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão para despacharem as matérias de graça. Este tema ainda não foi tratado pela historiografia brasileira que tem olhado para os tribunais de Relação apenas como tribunais de justiça.

**3. Em artigo sobre o desempenho profissional dos ministros régios, o senhor aborda "[...] a capacidade régia de cobertura jurisdicional efectiva sobre o território de administração da Coroa". Poderia comentar um pouco mais sobre essa questão?**

R3: Terei contribuído, com alguns dados e análises, para confirmar e consolidar a teoria de António Manuel Hespanha sobre a pluralidade de poderes no Antigo Regime e a desconstrução do mito do absolutismo régio ao demonstrar que a capacidade da Coroa para centralizar o exercício do poder era muito diminuta. A verificação objetiva desta realidade levantava, porém, o problema de como foi possível, apesar de tudo, preservar-se a imagem régia como uma tutela superior do Reino. Aqui entram, obviamente, outros aspetos do exercício do poder muito

poderosos como, por exemplo, o poder simbólico (cerimoniais, distinções, regras de precedência, títulos, ordens militares, taxonomia social, economia das mercês, o ethos e o pathos cultural, os princípios morais e teológicos, alicerçados na pastoral cristã e na teologia da criação do mundo, que enquadravam a consciência possível prevalecente. Um mundo fascinante para descobrir e, depois, comparar com a sociedade liberal, emprestando à história comparada um efeito explicativo de grandes consequências para resistir à produção de ilusões e imaginações provocadas pelo anacronismo historiográfico. O efeito no plano político é, também, promissor na medida em que ao constatarmos que sociedades de um passado recente viveram de forma tão diferente da nossa podemos, então, admitir a mudança do nosso modelo de sociedade o que desconstrói o mito do fim da história.

**4. Os temas da Administração e da Justiça são recorrentes na historiografia luso-brasileira. Em relação aos estudos portugueses, quais são os aspetos centrais da discussão, em vossa perspectiva?**

R4: Em relação ao Antigo Regime, o conhecimento jurídico e o manejo dos procedimentos administrativos estavam dependentes do saber obtido no Direito para a prática da justiça, cujos atores principais eram formados no centro monopolista da universidade de Coimbra que a Coroa nunca permitiu que fosse partilhado com outros pólos de formação, inclusive no Brasil, apesar dos inúmeros pedidos e pressões para se criar uma faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Não havia, para o período, um saber administrativo próprio como aconteceria, mais tarde, no século XVIII, com o despertar da ciência de polícia cujos princípios foram importados para Portugal só depois do terramoto de 1755. Por aqui, logo se vê a importância da justiça uma vez que administrar e governar era, fundamentalmente, praticar a justiça. Todos os atos de governação assemelhavam-se a um processo judicial, longo, demorado e conservador: recolher provas, inquirir, ouvir, concertar e decidir sem prejudicar terceiros. Contudo, este ambiente não tolhia a multiplicação de autonomias jurisdicionais próprias de vários corpos e estados sociais o que fazia com que os argumentos utilizados na disputa da justiça fossem, por vezes, contraditórios, obrigando ao recurso do *ius commune* e à opinião dos doutores da lei. Todavia, na grande maioria do Reino a população era iletrada, a comunicação muito difícil e lenta, os recursos da Coroa para o exercício da repressão (exército, polícia, prisões e tribunais) estavam indisponíveis ao mundo da justiça. E os limites dos territórios senhoriais, leigos e eclesiásticos constituíam resistências à intromissão do poder régio. A concentração de letrados nos centros urbanos, a pluralidade de jurisdições, a multiplicação das municipalidades ordinárias, a grande autonomia do mundo rústico, dos Estados das casas senhoriais, da igreja (bispados, conventos e mosteiros) e das ordens militares, formaram um conjunto fascinante para a análise histórica, muito longe da puerilidade das fórmulas mecânicas para explicar o domínio dominante e a dominação dos dominados.

**5. Ainda sobre aqueles objetos, não poderia deixar de mencionar a contribuição do Dr. António Manuel Hespanha, falecido recentemente. Gostaria que o senhor mencionasse vertentes ou óticas consideradas fundamentais em sua obra.**

R5: Falar do António Manuel Hespanha é abordar o que de mais relevante e estruturante aconteceu na historiografia desde os finais da década de oitenta do século passado. Nunca mais as coisas foram as mesmas depois das suas obras. E não falo só em Portugal, mas da Espanha, Itália, França e, mais recentemente, o Brasil e a América Latina, para falar dos mais permeados pela sua historiografia. A obra deste meu amigo e enorme historiador, falecido no ano passado, é caleidoscópica e desafiante do ponto de vista teórico. Quando o conheci acabamos por ambos entrar numa grande aventura onde, depois, me deixou sozinho, e que foi a reforma dos arquivos em Portugal, colaborando de perto com José Mattoso (Instituto Português de Arquivos e, depois, Comissão de Reforma e Reestruturação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), o melhor historiador da época medieval, por isso, pouco cultivado no Brasil como se compreende. Esta reforma, da qual resultaria a construção do novo edifício da Torre do Tombo e a implantação de normas de seleção, avaliação e eliminação de documentos, foi o que me faltava para reforçar o polo empírico da investigação. Foi fácil perceber como os arquivos são insuficientemente aproveitados pelos historiadores porque quase sempre se usam peças documentais, quanto muito séries documentais, mas não se utiliza o arquivo como sistema significativo, como monumento e não documento. Esta abordagem, penso que terei sido o primeiro a praticá-la em Portugal, trouxe formas de trabalhar diferentes. Nos finais da década de noventa, quando Portugal estava a preparar-se para entrar no euro, fiz uma comissão de serviço como Secretário Geral Adjunto do Ministério das Finanças onde concretizei o projeto de criação do mais moderno arquivo existente no país (Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças) e de uma biblioteca central para todos os serviços. O António Manuel Hespanha é o culpado disto tudo ter acontecido porque soube identificar estes problemas como chaves para a qualificação da investigação e escolher-me, entre outros, para este programa reformista. Como grande teórico que foi, sabia, evidentemente, que a história também não são só documentos, mas interpretações. Toda a sua vida académica e científica foi um trabalho contínuo para desmontar mecanismos de dominação e perscrutar as franjas de liberdade. Diria, por isso, que a sua obra é a História dos Poderes em Portugal desde o século XVI ao século XIX, onde evidentemente ganhou relevo a construção do Estado.

**6. No âmbito da circulação das ideias e do conhecimento, vimos a expansão dos estudos sobre a administração e o poder local no Brasil colonial. Como o senhor enxerga essa perspectiva, especialmente quando comparadas às leituras mais gerais?**

R6: Com muito proveito porque, na verdade, o conhecimento do que se terá passado no período colonial depende muito do que soubermos sobre o poder local no Brasil. O poder no governo das câmaras é exercido por juizes ordinários, são raríssimos os municípios dominados por juizes letrados e temos, ainda, a figura do juiz ordinário sem câmara, praticamente ignorado pela historiografia, embora se compreenda a dificuldade de fontes para abordar estes magistrados volantes. Os ouvidores tinham muita dificuldade para exercer a correição pela imensidão das capitâneas e pela dificuldade em fazer cumprir as suas ordens, reagem mais do que intervinham ativamente. Quanto mais soubermos sobre o alcance das autonomias destas câmaras, a forma como criaram as elites locais e como estas se reproduziram, mais saberemos como se estabeleceram as relações de poder entre as autoridades locais, o centro das capitâneas e das ouvidorias e, naturalmente, com o governador geral. Conhecemos hoje um ritmo interessante de correspondência direta entre as câmaras e a Coroa o que evidencia a ultrapassagem por quaisquer mecanismos de controlo e vigilância que estivessem, de facto, operacionais na colónia. Certamente este conhecimento nos levará para caracterizar o modelo de colonização singular que foi praticado no Brasil de que resultou uma cultura própria que modela, ainda hoje, os tempos contemporâneos.

**7. Existem outras áreas de interesse ou recortes cronológicos dentro da História que também despertem o interesse ou a curiosidade do senhor?**

R7: Para além da Idade Moderna tenho interesse pela primeira metade do século XIX, justamente por corresponder à implantação do liberalismo como fase subsequente do corporativismo e do tradicionalismo do Antigo Regime. Não tenho nenhuma pulsão para a investigação do período republicano e as fontes para a Idade Média não me entusiasмам por serem muito limitativas à interpretação. Sobre as áreas de interesse tenho, como complemento à História Política e Institucional, a História do Direito e, embora não tenha investido muito no campo da História Cultural, interessa-me muito, sobretudo as áreas da produção simbólica (comportamentos, rituais, cerimónias, procissões, precedências, linguagens, imagens). A reflexão epistemológica sempre me foi muito estimulante e continua a ser, a ponto de que as minhas maiores referências estarem no campo da filosofia e da sociologia, mais do que no campo da história. Nunca acreditei em factos bacteriologicamente puros, mas em interpretações onde a teoria desempenha o motor da análise.

**8. No Brasil, alguns professores acham que a área de História moderna está deixando de gerar interesse em novos pesquisadores. O senhor acha que está acontecendo isso também em Portugal?**

R8: Não sabia que isso estava a acontecer no Brasil talvez porque os jovens historiadores que conheço são todos modernistas, mesmo os que fazem História do Direito. Em Portugal houve um pico de interesse pela História, sobretudo nas décadas de 80 e 90 do século passado. Hoje esse interesse não é tão forte. A História Contemporânea é mais operacional para o ambiente tecnológico que estamos a viver e mais apetecível pelos meios de comunicação social. Contudo, penso que o século XVIII continua a merecer muita atenção, talvez pelo impacto do ímpeto de reformas antes da revolução liberal de 1820.

**9. No Brasil, há ainda pouca inserção da História académica no seio da população em geral. Há semelhanças com o caso português? De que maneira a História é percebida - e consumida - pelo grande público?**

R9: Como disse, a História esteve na moda no final do século XX. Os filmes e as séries de televisão, agora em streaming, são muito vistas e apreciadas. Claro que esta história não tem o cunho académico, nem deve ter. Pede-se que tenha uma aproximação ao relato historiográfico, mas não deixa de ser uma narrativa histórica. Se quiser falar da assimilação popular da história erudita, de facto não se verifica, mas julgo que esse é um fenómeno a global porque o nível de senso comum pede e exige uma linguagem de recentramento das ilusões, das imaginações e dos detalhes e pormenores da história que é, temos de admitir, o sal e a pimenta para o consumo massificado. Aliás, todos gostamos de contar «estórias» da nossa vida, do emprego, das férias, dos afetos e sentimentos, de tantas coisas mais que justifica como a narrativa histórica tem muito potencial para ser assimilada.

**10. Enquanto docente em distintas instituições, o senhor lidou com diferentes públicos, em múltiplos contextos. Em linhas gerais, o que o senhor destacaria como positivo nessa trajetória? Quais aspectos, dos novos tempos, contribuem ou dificultam sua ação enquanto docente e investigador?**

R10: Já terei respondido, em parte, a esta questão. Diria, sobre os novos tempos, tempos velozes ao sabor de um clique, que o ritmo da vida quotidiano do século XXI está a condicionar a oferta de consumo de um «tempo mais lento» como o da narrativa histórica. O próprio romance está em crise, há uma prevalência por textos curtos que contem histórias num tempo curto. Hoje, antes de começar a ler, o leitor quer saber como vai ser o fim sem perder muito tempo com a leitura. Por outro lado, a tecnologia está a introduzir hábitos novos que alteram a forma como usamos as mãos e a vista, o que molda a forma como nos apercebemos dos acontecimentos que são o fundamento da História. No mesmo sentido podemos falar do Facebook e do Instagram, por exemplo, em que se comunica por texto curto, rápido de escrever e rápido de ler.

Ora isto está nos antípodas da História que precisa de tempo para explicar, para relatar e para mostrar o que efetivamente se pensa terá acontecido. O mais curioso, porém, é que as séries com maior audiência nas duas plataformas mais importantes (HBO e NETFLIX), são séries históricas.

**11. O que o senhor gostaria de dizer, na atual conjuntura, para os investigadores em História e/ou ciências afins, especialmente os mais jovens?**

R11: Que se divirtam a trabalhar, não façam da investigação um martírio, sofrimento, e não façam da história uma prática pela procura da Verdade, mas de verdades que, confrontadas umas com as outras, nos dão prazer para pensar e refletir. E que não se esqueçam que não há História sem documentos, mas que os documentos não falam por si, são lidos e interpretados. Aconselharia, portanto, que se preparassem muito bem do ponto de vista teórico, que fossem honestos ao dizerem aos leitores as influências que mais os marcaram. O historiador tem a obrigação de se mostrar, despindo-se dos seus dogmas e preconceitos, para que os leitores tenham as ferramentas necessárias para desconstruir o discurso historiográfico. Como resultado, aconselhava que fossem rebeldes, não cultivassem personagens de referência, não fizessem, dos professores e mestres ídolos intocáveis. A sanidade da historiografia passa pela liberdade e a assunção de responsabilidades cívicas.

**12. Finalmente - e a título de curiosidade -, quais são os aspetos da cultura portuguesa que o senhor gostaria de partilhar com os nossos leitores? Alguma indicação de literatura que goste?**

R12: A cultura portuguesa é secular, muito rica em variedade, com exceção da filosofia onde nunca tivemos grandes autores. O romance, a novela e a poesia são de muita qualidade e evidenciam a forma de ver o mundo que os portugueses experimentaram ao longo do tempo. Também não temos muitos escultores nem pintores, embora alguns sejam notáveis. A música, desde os compositores até aos intérpretes é o melhor repositório contemporâneo que temos no plano da cultura. Desde a revolução do 25 de abril que este campo criativo tem tido um desenvolvimento fantástico, de enorme qualidade, desde as bandas de música, passando pela música clássica, em especial a de câmara, o jazz, o recital, a música mais popular, as bandas vocacionadas para as multidões. No meu tempo de vida, o poeta preferido é o António Ramos Rosa e o Herberto Helder, falecidos recentemente, e o romancista de eleição, o António Lobo Antunes. Como cineasta o grande mestre que foi, sempre será, o Manuel de Oliveira. Como músico o António Pinho Vargas em todas as suas fases de composição. Nas bandas, a preferida é, sem dúvida, os GNR, como cantor de intervenção o saudoso José Afonso e, numa versão rock, o Rui Veloso.